



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



**PREGÃO ELETRÔNICO**

**15/2026**

**CONTRATANTE**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO VAN, ZERO QUILOMETRO, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 108/2026/PGE-SEDUC.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 399.869,83 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**DIA 08/06/2026 ÀS 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA**

**ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

**Sumário**

1. DO OBJETO .....	2
2. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO .....	2
3. DO PARCELAMENTO DO OBJETO .....	3
4. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	3
5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
9. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
10. HABILITAÇÃO .....	13
11. DOS RECURSOS .....	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

TODAS AS COTAÇÕES DE PREÇOS, QUANTIDADES, ORÇAMENTOS, VALORES PRÉVIOS E CÁLCULOS DE MÉDIA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO SETOR QUE OS EFETUOU, NÃO CABENDO ASSIM QUALQUER RESPONSABILIDADE AO PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO (A) E À EQUIPE DE APOIO COM RELAÇÃO AOS MESMOS.

ID: 112.DC2 - 0000554.69.02-2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Torna-se público que por meio da CPL Comissão Permanente de Licitações e Compras setor responsável pelas licitações, da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis Rondônia Av. Afonso Pena - nº 3370, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, zero quilômetro, destinado exclusivamente a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO, em estrita observância ao Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC. Quantidades e exigências estabelecidas neste **Edital e seus anexos**.

1.2. A licitação será realizada por 1 (um) único item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

### 2. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO

2.1. O prazo de entrega do objeto será de **120 (cento e vinte) dias**, que será realizada após a formalização da contratação mediante emissão do contrato.

2.2. O não atendimento do prazo fixado no item anterior poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Art.º 157 a 161 da Lei n.º 14.133/2021

2.3. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações do Termo.

2.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os objetos entregues não atendam as especificações do Termo, poderá a Administração rejeitá-los, integralmente ou em parte obrigando - se a futura contratada providenciar a substituição dos objetos não aceitos, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**.

2.5. A Contratada deverá possuir rede de assistência técnica **há uma distância máxima de 300 km do Município de Alto Alegre dos Parecis - RO**, com capacidade para realizar durante o período de garantia, a manutenção do veículo, caso contrário, deverá enviar equipe volante munido de ferramentas e peças e lubrificantes necessários a manutenção, até a sede da Secretaria Municipal de Educação detentora do objeto, onde o serviço será executado, sendo que a responsabilidade e as despesas de embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, além do transporte do funcionário, correrão única e exclusivamente por conta da Contratada.





### 3. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, caracterizado como material permanente, cuja natureza indivisível impede o seu parcelamento. A análise técnica aponta que a entrega integral do objeto é a estratégia mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que o veículo deve ser entregue em unidade única, pronto para uso e devidamente emplacado, conforme as exigências do Termo de Convênio nº 108/2026/PGESEDUC.

3.2. Portanto, conclui-se que o **não parcelamento é a medida que melhor atende ao interesse público**, garantindo celeridade na entrega, eficiência na gestão do ativo e o fiel cumprimento das finalidades pedagógicas e administrativas previstas neste projeto.

### 4. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor estimado para aquisição dos objetos é de R\$ 399.869,83 (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos).

4.2. Os recursos orçamentários para cobertura das despesas encontram-se no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO conforme:

Fonte 1031 (CV 108/2026/PGE-SEDUC) R\$ 381.739,99 Fonte 1.500.0000 (Recursos Não Vinculados) R\$ 20.091,57 VALOR TOTAL = R\$ 399.869,83 (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos).

### 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

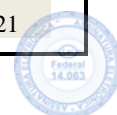
5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico no endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas na data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



5.5. Não poderão disputar esta licitação:

5.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

5.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O impedimento de que trata o item 5.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5.2 e 5.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.10. A vedação de que trata o item 5.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.2 e 10.29 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a**







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8.1. O prazo de validade da proposta não será **inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou





condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. A presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá de R\$ 0,10 (DEZ CENTAVOS).**
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.
- 8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
  - 8.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**
  - 8.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**
  - 8.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.**

8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3. **Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



8.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.19.2.2. Empresas brasileiras;

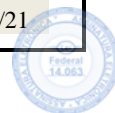
8.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.20.1.** [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:

8.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



8.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.20.5. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

8.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.3.1. Contiver vícios insanáveis;

9.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.4.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.4.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4.2. **Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



**entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Art. 58.**

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**

9.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.





## 10. HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

### 10.3. Da Habilitação Jurídica;

10.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

10.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

10.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

10.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

10.12. Ficha e/ou Prospecto com as especificações técnicas fornecidas diretamente pelo fabricante comprovando o atendimento integral das condições exigidas nas especificações técnicas dos objetos.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



**10.13. Da Habilitação Fiscal e Trabalhista;**

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.15. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver;

10.16. Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, conforme:

10.16.1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos FEDERAIS e à Dívida Ativa da União.

10.17. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

10.18. Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

10.18.1. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora -Geral da Fazenda Nacional.

10.19. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

10.20. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**10.21. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

10.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um);

10.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.22.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**10.22.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.22.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



10.22.5.2. Apresentação no mínimo de 2 atestados de capacidade técnica, em nome da proponente.

10.23. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.24. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.25. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.26. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.27. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.28. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.29. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.30. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.31. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.32. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.33. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



- 10.34. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.35. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.36. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.37. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.29.
- 10.38. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.39. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 10.40. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://transparencia.altoalegre.ro.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. Fraudar a licitação





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

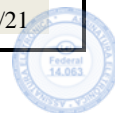
14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<http://transparencia.altoalegre.ro.gov.br/>].

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Finanças e Administração**



**14.11.2.** ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Alto alegre dos Parecis Rondônia, 20 de maio de 2026.

**DENAIR PEDRO DA SILVA**  
Prefeito Municipal





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n.º 14.133/2021).**

1.1 O presente processo tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, zero quilômetro, destinado exclusivamente a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO, em estrita observância ao Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC. Esta contratação visa orientar os potenciais licitantes quanto às especificações técnicas e aos requisitos mínimos indispensáveis para a execução do objeto, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

1.2. A aquisição é custeada por meio de recursos oriundos de emenda parlamentar, voltada especificamente ao fortalecimento da infraestrutura de transporte escolar e apoio logístico da Secretaria Municipal de Educação. O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, devidamente adesivado e emplacado no Município de Alto Alegre dos Parecis-RO, assegurando a agilidade, segurança e eficiência necessárias para o transporte de alunos e servidores da rede municipal de ensino.

1.3. A contratação visa dotar a Secretaria Municipal de Educação dos meios necessários para o fiel cumprimento de sua missão educacional, promovendo a mobilidade segura e o acesso contínuo dos estudantes às unidades de ensino, garantindo o bem-estar e a qualidade da educação pública oferecida à comunidade de Alto Alegre dos Parecis-RO.

**1.4. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Val. Unit.	Val. Total
01	Veículo automotor novo (zero quilômetro) Tipo van; motor a diesel; ano/modelo vigente com ar condicionado, garantia do veículo de 24 (vinte e quatro) meses; adaptada para 15 Passageiros + 1 motorista; cilindrada Mínima 2.000 cm³, distância entre eixos de no mínimo de 3.665 mm, motor com potência mínima de 170 cv, com torque de no mínimo 40 kg.F.M, com freio de estacionamento, transmissão manual ou automática, com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, tanque arla 32: 20litros, com air bag, comprimento total de no mínimo 5.932 mm, Pbt mínimo: 4,100 kg, cor branca, Adesivada e emplacada no Município de Alto Alegre dos Parecis-RO.	UNID.	01	R\$ 399.869,83	R\$ 399.869,83

**2. DA NECESSIDADE**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

2.1. A necessidade da presente aquisição justifica-se pela imperativa necessidade de modernização e fortalecimento da infraestrutura logística da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO, visando assegurar a regularidade, segurança e qualidade do transporte escolar e de apoio às atividades pedagógicas da rede municipal de ensino.

2.2. A fundamentação detalhada da contratação, incluindo o diagnóstico da malha viária, o déficit atual de transporte, o impacto direto no atendimento aos 1.924 alunos matriculados e a memória de cálculo dos quantitativos, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice integrante deste Termo de Referência.

2.3. O veículo a ser adquirido — uma Van zero quilômetro, com motor a diesel, capacidade para 15 passageiros + 1 motorista, potência mínima de 170 cv, torque de 40 kgf.m, equipado com sistema de ARLA 32, ar-condicionado e demais requisitos técnicos constantes no item 1.3 deste documento — constitui a solução ideal para suprir as demandas geográficas do município e otimizar a gestão do tempo dos profissionais da educação, garantindo a eficiência da ação administrativa em conformidade com o Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC.

2.4. A opção por veículo zero quilômetro, com garantia mínima, está alinhada ao princípio da economicidade, na medida em que mitiga riscos de indisponibilidade, reduz despesas com manutenção nos curto e médio prazos e assegura padronização da frota, facilitando a gestão de peças, manutenção e treinamento de condutores. Ademais, a capacidade de transporte coletivo da van permite otimização de rotas, diminuição de viagens e melhor aproveitamento de recursos humanos.

2.5. A contratação está vinculada ao Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC, cujos recursos possuem destinação específica, impondo à Administração o dever de execução do objeto pactuado. A medida encontra amparo nos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, notadamente planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, evidenciando a necessidade pública qualificada e a adequação da solução escolhida.

2.6. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade administrativa da aquisição, com fundamentação técnica consistente, aderência ao ETP e impacto direto na melhoria do acesso, permanência e qualidade do ensino, legitimando a continuidade do processo de contratação.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O veículo e seus componentes deverão ser novos que estejam em linha de produção, de primeiro uso, não denotando uso anterior ou recondicionamento, e entregues em suas embalagens originais lacradas.

3.2. A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que órgão contratante venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso, no prazo de garantia.

3.3. O veículo será recebido conforme a seguir:

A) provisoriamente: de posse da proposta respectiva, será recebido o produto para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para sua correção;

B) definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência do produto precedida de avaliação técnica, envolvendo testes de funcionamento e verificação do cumprimento de todos os requisitos previstos na especificação técnica e, estando de acordo com a requisição emitida pelo CONTRATANTE, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias da nota fiscal.







**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís**  
**Secretaria Municipal de Educação**

- 3.4. Na hipótese de o produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.
- 3.5. Prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 3.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 3.7. A garantia será prestada com vistas a manter o veículo em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 3.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 3.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 3.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 3.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 3.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 3.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 3.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 3.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 3.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **4. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO**

- 4.1. O prazo de entrega do objeto será de 120 (cento e vinte) dias, que será realizada após a formalização da contratação mediante emissão do contrato.
- 4.2. O não atendimento do prazo fixado no item anterior poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Arts. 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações deste Termo.
- 4.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os objetos entregues não atendam as especificações deste Termo, poderá a Administração rejeitá-los, integralmente ou em parte,





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

obrigando-se a futura contratada providenciar a substituição dos objetos não aceitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

**5. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.1. Os objetos deveram ser fornecidos, novos, sem uso, com modelos que estejam em linha de produção.

**5.2. O transporte do veículo, bem como a descarga, ocorrerá por conta e risco da Contratada o qual deverá entregar no prazo estipulado, em perfeito estado de conservação e funcionamento;**

5.3. Entregar o veículo com Certificado de Garantia e Manual Completo, de operação e manutenção (em Português), bem como, quando houver, ferramentas especiais fabricadas ou projetadas pelo fornecedor, necessárias para serviços rotineiros, em qualquer componente instalado nos equipamentos;

**5.4. Se a especificações do veículo entregue não corresponder às especificações exigidas neste Termo de Referência, o produto apresentado deverá ser recolhido pela licitante vencedora para substituição ou correção no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contatos a partir da ciência formal do fato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.**

5.5. O contrato de fornecimento será formalizado mediante recebimento ou retirada da nota de empenho pela(s) licitante(s) vencedora(s).

5.6. Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega do objeto com as devidas garantias inclusas, não podendo repassar nenhum do objeto desta licitação a outra empresa;

**5.7. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir a presente contratação;**

5.8. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na entrega do objeto;

5.9. Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

**5.10. O objeto deverá ser fornecido revisado, novo, sem uso, com modelo e data de fabricação superior à data de assinatura do contrato, devidamente emplacado e licenciado no nome da Contratante, em conformidade com a quantidade apresentada pela Secretaria Municipal de Educação.**

5.11. Caso o bem fornecido apresente alguma alteração com o que foi apresentado no projeto inicial, e dessa forma, não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a semec rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa Contratada a providenciar a substituição ou reparação dos bens não aceitos no prazo de **30 (trinta) dias**.

5.12. Após o recebimento, deverá ser realizado uma entrega técnica do veículo demonstrando o funcionamento correto conforme estipulado pelo fabricante ou por seus representantes devidamente autorizados.

**6. DA EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO:**

6.1. Poderão participar desta dispensa, os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante na Lei 14.133/21 e suas alterações, desde que:

- a) Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto Licitado;
- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Termo de Referência.

6.2. O critério de julgamento será de menor preço por item e para fins de habilitação a empresa que ofertar menor preço deverá apresentar os seguintes documentos;

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

e) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

g) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor sede do licitante com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data prevista para início da sessão pública do pregão;

6.3. Licitante deverá juntamente com os documentos previstos no edital, entregar os seguintes documentos, sob pena de desclassificação;

6.3.1. Ficha e/ou Prospecto com as especificações técnicas fornecidas diretamente pelo fabricante comprovando o atendimento integral das condições exigidas nas especificações do veículo.

6.3.2. Declaração informando expressamente o nome da empresa que executará as revisões dos bens no período de garantia, como razão social, CNPJ, endereço completo com CEP, número de telefone e fax, endereço eletrônico (e-mail), e nome da pessoa responsável para contato.

6.3.2.1. Detalhamento da Qualificação Técnica: Será exigido o Atestado de Capacidade Técnica (ACT) para esclarecer a entrega de objeto semelhante, para fins de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/21.

6.3.2.2. A Contratada deverá possuir rede de assistência técnica há uma distância máxima de 300 km do Município de Alto Alegre dos Parecis - RO, com capacidade para realizar durante o período de garantia, a manutenção do veículo. Caso contrário, deverá enviar equipe volante munido de ferramentas e peças e lubrificantes necessários a manutenção, até a sede da Secretaria Municipal de Educação detentora do objeto, onde o serviço será executado, sendo que a responsabilidade e as despesas de embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, além do transporte do funcionário, correrão única e exclusivamente por conta da Contratada.

## **7. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:**

7.1. A obrigação de fornecimento decorrentes desta dispensa serão formalizados mediante recebimento ou retirada da nota de empenho pela(s) licitante(s) vencedora(s).

7.2. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender todos os pedidos de empenhados e efetuando a entrega em uma única vez no prazo estipulado no item 4.1 deste Termo de Referência.

7.3. Os produtos e/ou serviços deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal Eletrônica, bem como com as documentações de regularidades fiscais. A Nota Fiscal, o Certificado e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

7.4. A(s) licitante(s) vencedora(s), quando do recebimento da nota de empenho, deverá(ão) colocar o recebido na cópia ou dar recebido no e-mail que lhe foi encaminhado o empenho, colocando necessariamente data e hora em que a houver recebido, atestando seu recebimento, além da identificação da pessoa que a recebeu.

7.5. Caso algum item apresente irregularidades, a(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a efetuar a substituição do mesmo no prazo de 7 (sete) dias consecutivos podendo ser prorrogável, contados a partir da data de ciência do ocorrido pela(s) licitante(s).

7.6. Se a qualidade dos itens entregues ou serviços executados não corresponder às especificações exigidas neste Termo de Referência que precedeu a dispensa, o veículo deverá ser recolhido pela empresa para substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

ciência formal do fato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis definidas no item 09 deste Termo de Referência e na legislação pertinente.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1 Fiscalizar a entrega do material verificando seu quantitativo e qualificação conforme descrição.
- 8.2. Notificar o fornecedor contratado sobre eventuais atrasos na entrega dos materiais e instalação e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência;
- 8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues e instalados executados em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, fixando prazo para a regularização.
- 8.4. Efetuar o pagamento à contratada, no prazo estipulado, após o recebimento do material, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de ordem bancária, em moeda corrente.

**09. DAS PENALIDADES:**

- 09.1. O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração.
- 09.2. Pelo descumprimento da obrigação, a contratada sujeita-se às sanções previstas na Lei 14.133/2021, capítulo I do Título IV:
- 09.3. A contratada estará sujeita à multa de 1% sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido no item 4. deste Termo, limitado a 20% do valor do contrato.
- 09.4. A inexecução total do contrato poderá estar configurada, garantido o contraditório e a ampla defesa, entre outras hipóteses:
  - 09.4.1. Quando a multa estabelecida no item 09.3 for igual ou superior a 20%.
- 09.5. Configurada a inexecução total do contrato, poderá ser aplicada à contratada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.
- 09.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a contratante a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções elencadas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- 09.7. O valor da multa poderá ser descontado da fatura ou documento correspondente a ser emitido pela contratada.
- 09.8. Se o valor da fatura ou documento correspondente forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 09.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 09.9. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n.º 14.133/2021 e em regulamento interno da contratante, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 09.10. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10. DO PAGAMENTO:**

- 10.1. O pagamento será efetuado a contratada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o a execução dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente e acompanhada das certidões fiscais, por meio de ordem bancária, em moeda corrente.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

10.2. Na nota fiscal fica o fornecedor obrigado a informar o enquadramento legal de tributação no respectivo documento fiscal, afim de cumprir o disposto no DECRETO 277/2023 DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, bem como demais legislação pertinente a tributação, conforme a LEI 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 e, também, na INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nº 1.234, DE 2012.

**11.0 DO VALOR ESTIMADO E CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL:**

O valor estimado para aquisição dos objetos é de **R\$ 399.869,83 (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos)**.

11.1. Os recursos orçamentários para cobertura das despesas encontram-se no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO conforme segue:

Fonte 1031 (CV 108/2026/PGE-SEDUC)	R\$ 381.739,99
Fonte 1.500.0000 (Recursos Não Vinculados)	R\$ 20.091,57
<b>VALOR TOTAL = R\$ 399.869,83 (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos).</b>	

**12. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

12.1. Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente consultado a Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO.

12.2. A contratante e a contratada declaram o Foro da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO, para dirimir qualquer dúvida que possam surgir na execução do presente contrato, que não sejam resolvidas internamente.

Alto Alegre dos Parecis – RO, 11 de maio de 2026.

**Elaborado por:**

Thierly Peisino Pereira  
Divisão monitoramento escolar  
Matrícula Nº 2813

**Aprovado por:**

**Claudinéia Blásius Frata**  
Secretária Municipal de Educação  
Matrícula Nº 2719  
Portaria n.º 126 de 06 de fevereiro de 2025.







#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEIA BLASIU FRATA**, CPF: 612.65\*. \*\*2-\*4 em **11/05/2026 11:45:37**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11W6.2E45.0374.H474.3372**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **THIERLY PEISINO PEREIRA**, CPF: 005.54\*. \*\*2-\*7 em **11/05/2026 11:19:11**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11H4.7U19.4116.W30H.5264**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.248.28B** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **THIERLY PEISINO PEREIRA**, CPF: 005.54\*. \*\*2-\*7 , em **11/05/2026 - 11:19:11**

Código de Autenticidade deste Documento: 11K0.8219.411H.A149.3848

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1 DO OBJETO**

O presente estudo determina a necessidade de Aquisição de 01 (um) Veículo tipo Van para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Val. Unit.	Val. Total
01	Veículo automotor novo (zero quilômetro) Tipo van; motor a diesel; ano/modelo vigente com ar condicionado, garantia do veículo de 24 (vinte e quatro) meses; adaptada para 15 Passageiros + 1 motorista; cilindrada Mínima 2.000 cm³, distância entre eixos de no mínimo de 3.665 mm, motor com potência mínima de 170 cv, com torque de no mínimo 40 kg.F.M, com freio de estacionamento, transmissão manual ou automática, com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, tanque arla 32: 20litros, com air bag, comprimento total de no mínimo 5.932 mm, Pbt mínimo: 4,100 kg, cor branca, Adesivada e emplacada no Município de Alto Alegre dos Parecis-RO.	UNID.	01	R\$ 399.869,83	R\$ 399.869,83

**2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO**

A presente demanda fundamenta-se na necessidade crítica de modernização e fortalecimento da infraestrutura logística da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO. Com uma extensão territorial de 3.958,273 km² e uma malha de mais de 1.000 km de estradas vicinais, o município enfrenta desafios geográficos complexos que impactam diretamente a celeridade e a eficiência das atividades pedagógicas e administrativas. A escassez de veículos adequados tem gerado prejuízos operacionais, dificultando o deslocamento seguro de alunos, professores, gestores e o transporte de materiais didáticos entre as 08 unidades escolares da rede e a sede da Secretaria.

A aquisição de um veículo tipo Van, com as especificações técnicas detalhadas, constitui medida essencial para garantir a continuidade e a qualidade do serviço público educacional, em conformidade com o Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC. Este investimento visa promover a equidade no acesso à educação, assegurando que as equipes técnicas e os discentes disponham de um meio de transporte seguro, confortável e condizente com as normas de trânsito vigentes. A renovação da frota é um requisito estratégico para reduzir a dependência de transportes individuais ou locações onerosas, permitindo uma gestão de recursos públicos mais eficiente e sustentável.

A utilização deste veículo proporcionará ganhos expressivos em produtividade, permitindo o planejamento ágil de visitas de acompanhamento pedagógico, o cumprimento de eventos formativos e a distribuição tempestiva de insumos escolares. Além disso, a presença de um veículo próprio da Secretaria fortalece a estrutura operacional, permitindo uma resposta mais rápida às demandas das unidades de ensino, mesmo em áreas rurais de difícil acesso. Esta ação está alinhada ao compromisso





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

da administração municipal com a valorização dos profissionais da educação e o cumprimento das metas estabelecidas nos Planos Municipal e Estadual de Educação.

Por fim, a aquisição visa não apenas solucionar dificuldades logísticas imediatas, mas compor uma política de longo prazo para a melhoria da qualidade do ensino, garantindo que o transporte não seja um entrave, mas um facilitador do processo de ensino-aprendizagem em Alto Alegre dos Parecis. O investimento reflete, portanto, a responsabilidade da gestão em assegurar condições de trabalho dignas aos servidores e uma experiência escolar segura e positiva para todos os alunos da rede municipal.

### **3. DA AREA REQUISITANTE**

A aquisição que compõe o objeto deste estudo partiu da Secretaria Municipal de Educação. Visto que os serviços prestados à população em especial a educação municipal não pode parar, e que a demanda levantada se encontra justificado na necessidade de renovação da frota.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

É requisito para esta contratação a comprovação das habilitações fiscal, social e trabalhista, que serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Visto que se trata de aquisição de Equipamento/material permanente de alto custo, certifica-se de que estejam cobertos por garantia adequada e que os fornecedores ofereçam suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo serviços de manutenção e reparo.

Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

#### **4.1 DO VEICULO**

A licitante deverá apresentar documentação original, **na entrega do veículo**, informando, no mínimo, das garantias abaixo descritas relativas à garantia geral incluindo a manutenção prevista em manual com reposição de peças, garantia específicas e os prazos contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, pelo qual obriga-se independentemente de ser ou não o fabricante do produto a efetuar a qualquer tempo substituições ou reparações no veículo, objeto desta licitação, e equipamentos em virtude de quaisquer defeitos de fabricação (manufatura, construção, montagem) ou de concepção (projeto, design), e chassi a ser utilizado na montagem do veículo, pelos prazos abaixo estipulados, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração, na seguinte conformidade:





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Garantia Geral: Para o veículo sem prejuízo a garantia oferecida pelo fabricante, como conjunto completo, deve ser de no mínimo **12 (doze) meses**, incluindo todas as revisões obrigatórias exigidas para o veículo e previstas no manual do veículo, equipamentos eletro-eletrônicos e demais acessórios instalados.

Durante o período de garantia do objeto, este deverá estar abrigado contra vícios, ou seja, mantendo o perfeito e integral funcionamento, sendo substituído, integralmente, se for o caso.

A Contratada deverá garantir a disponibilidade no mercado de peças, materiais, equipamentos que compõem o veículo e suas adaptações e eventuais atualizações de softwares, pelo período ininterrupto de 10 (dez) anos, já incluso o período normal da garantia, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

A garantia ofertada pela Contratada para todos os equipamentos e itens do veículo deverá, obrigatoriamente, ser prestada pelo fabricante, pela Contratada ou por rede de assistência técnica credenciada;

Durante o período geral de garantia, deverá ser realizada a assistência técnica devida ao veículo e respectivas adaptações deverá ser prestada em rede própria ou credenciada, composta por oficinas especializadas, credenciadas pela Contratada para tal finalidade.

A Contratada deverá manter rede de assistência técnica há uma distância máxima de 300 km do Município de Alto Alegre dos Parecis - RO, com capacidade para realizar durante o período de garantia, a manutenção do veículo. Caso contrário, deverá enviar equipe volante munido de ferramentas e peças e lubrificantes necessários a manutenção, até a sede da Secretaria Municipal de Educação detentora do objeto, onde o serviço será executado, sendo que a responsabilidade e as despesas de embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, além do transporte do funcionário, correrão única e exclusivamente por conta da Contratada.

Durante o período de garantia, a Contratada estará obrigada a sanar os problemas surgidos no veículo e respectivas adaptações, e restituir o objeto à unidade detentora, em condições de utilização, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** após a detecção do problema pelo profissional especialista. Será exigida a presença de um profissional especialista e conhecedor do veículo em no máximo **72 horas** para levantamento do possível problema, contados a partir da comunicação do defeito à empresa indicada para a prestação do serviço.

A toda e qualquer constatação pela Contratada, da necessidade de correção técnica de componentes inadequados instalados de fábrica, que necessite de ajuste ou substituição, denominada “recall”, deverá a Contratada emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema ao Departamento de Recebimento de Materiais e Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Educação.

## **5. LEVANTAMENTO DE PREÇOS E PESQUISA DE MERCADO**

O levantamento de preços foi realizado em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando como parâmetro a média aritmética de preços obtidos em fontes oficiais e confiáveis de contratações públicas. O objetivo foi assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a administração, garantindo a compatibilidade com as condições atuais de mercado para um veículo tipo Van, zero quilômetro, com as especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Para a composição do valor estimado, foram considerados os seguintes parâmetros e fontes de consulta:



**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**Fontes de Consulta:** A pesquisa abrangeu o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bancos de preços de referência de entes públicos, bem como orçamentos formalizados junto a empresas do ramo automotivo, visando a obtenção de preços reais praticados para objetos de natureza similar.

**Crítérios Estatísticos:** Foi adotada a metodologia de cálculo baseada na média aritmética, consolidada a partir de propostas de fornecedores e contratações pretéritas de outros órgãos públicos para o mesmo objeto. Foram aplicados filtros de mercado para excluir valores excessivamente elevados ou inexequíveis, garantindo que o valor final reflita a realidade de mercado, com base no desvio padrão e coeficiente de variação aceitáveis.

**Pesquisa de mercado por meio de consulta direta a fornecedores**, realizada para levantamento de preços praticados no mercado e obtenção de base comparativa para a estimativa de custos do objeto pretendido, mediante solicitação formal de cotação a empresas do ramo, com registro das propostas recebidas, justificativa da escolha dos fornecedores e análise crítica dos valores apresentados, de forma a garantir compatibilidade com os preços de mercado.

**Especificações Técnicas:** Considerou-se o custo agregado dos itens essenciais, tais como motorização a diesel, capacidade para 15 passageiros + 1 motorista, ar-condicionado, garantia de fábrica, além dos custos de adesivação e emplacamento no Município de Alto Alegre dos Parecis-RO, assegurando que o preço estimado cubra integralmente o objeto definido no Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC.

A partir da análise dos preços coletados e do tratamento estatístico aplicado, definiu-se o valor de referência, que servirá de baliza para o futuro certame licitatório ou procedimento de contratação direta. Esta metodologia garante a transparência, a lisura do processo de aquisição e a economicidade no uso do recurso público, em estrito cumprimento às normas de governança e contratações públicas.

Logo, verifica-se que a pesquisa de preços, ajustada ao levantamento de mercado, resultou nos valores abaixo relacionados, conforme documento acostado aos autos do processo, cujos respectivos IDs são os seguintes: ID: 2.226.E02 - COTAÇÃO DE PREÇO, ID: 2.226.F70 - COTAÇÃO DE PREÇO, ID: 2.227.039 - COTAÇÃO DE PREÇO, ID: 2.227.0BE - COTAÇÃO DE PREÇO.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O veículo deverá ser entregue no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, sito a Av. Afonso Pena Nº 3370, Bairro Centro, tel: (69) 3643-1101 CEP 76.952-000 – Alto Alegre dos Parecis–RO, no horário das 07:00 às 13:00 Horas de segunda a sexta feira.

A solução técnica proposta consiste na aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, zero quilômetro, com motorização a diesel, configurado especificamente para o transporte de 15 passageiros mais o motorista. O veículo deverá atender a critérios de alta performance e segurança, incluindo potência mínima de 170 cv, torque de 40 kgf.m, transmissão de no mínimo 6 marchas, tração traseira e freios a disco nas quatro rodas. A solução compreende ainda a entrega do bem completo, com ar-condicionado, sistemas de segurança avançados (airbags, controle de estabilidade), tanque para ARLA 32 (20 litros) e adesivação padronizada da Secretaria Municipal de Educação.

A decisão pela aquisição de um veículo próprio, em detrimento da locação ou terceirização, baseia-se na necessidade de controle permanente sobre a frota, otimização de rotas e redução de custos operacionais a longo prazo. Esta estratégia permite que o Município de Alto Alegre dos Parecis-RO adapte o veículo às necessidades específicas da rede de ensino, garantindo um transporte seguro e eficiente para alunos e profissionais, além de fortalecer a identidade visual da Secretaria Municipal de Educação junto à comunidade escolar.

### **Logística de Entrega e Recebimento:**







**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado no Município de Alto Alegre dos Parecis-RO, estando pronto para operação imediata. O local de entrega é o Almoxarifado da Prefeitura Municipal, situado na Av. Afonso Pena, Nº 3370, Bairro Centro, CEP 76.952-000, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. O fornecedor deverá fornecer a garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, e o recebimento será condicionado à inspeção detalhada do bem, assegurando que todas as especificações técnicas, de segurança e de performance estejam em plena conformidade com o Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC.

#### **7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

A estimativa se deu conforme a solicitação oriunda no DFD e, sendo necessário para atender tal solicitação a estimativa já descrita no item 1.

#### **8. ESTIMATIVA DE PREÇO**

O Preço estimado em **R\$ 399.869,83 (trezentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos).**

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, caracterizado como material permanente, cuja natureza indivisível impede o seu parcelamento. A análise técnica aponta que a entrega integral do objeto é a estratégia mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que o veículo deve ser entregue em unidade única, pronto para uso e devidamente emplacado, conforme as exigências do Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC.

A opção pelo não parcelamento fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Logística e Eficiência Operacional:** A entrega em uma única etapa otimiza o fluxo logístico para a administração municipal e simplifica os procedimentos de recebimento, inspeção técnica e conferência de garantia, evitando custos adicionais e fragmentação do processo de gestão de ativos.
- **Economicidade e Escala:** A consolidação do objeto em uma única entrega torna a operação mais economicamente viável para a contratada, ao reduzir custos administrativos e logísticos que seriam incorridos em entregas fracionadas. Ademais, não há, neste caso, prejuízo à competitividade do certame, sendo esta a modalidade que melhor aproveita as condições de mercado para bens desta natureza.
- **Integridade do Objeto:** Sendo o veículo um bem durável com especificações técnicas integradas (motorização, sistemas de segurança, adaptações de fábrica e identidade visual), a contratação como item único assegura a responsabilidade do fornecedor pela integridade e funcionalidade plena do bem, evitando riscos de descompasso técnico que poderiam surgir com o parcelamento.

Portanto, conclui-se que o não parcelamento é a medida que melhor atende ao interesse público, garantindo celeridade na entrega, eficiência na gestão do ativo e o fiel cumprimento das finalidades pedagógicas e administrativas previstas neste projeto.

#### **10. CONTRATAÇÕES CORRELATA OU INTERDEPENDENTES**







**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Em cumprimento ao que preceitua a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a equipe de planejamento realizou uma análise acerca da existência de contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar a aquisição do veículo Van objeto deste estudo.

A análise concluiu o seguinte:

**Inexistência de Interdependência:** Não foram identificadas contratações interdependentes, ou seja, não existem serviços ou aquisições que sejam pré-requisitos essenciais para a operacionalização deste veículo, nem cuja eficácia dependa estritamente de outras

### **11. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

Esclarecemos que a aquisição do veículo Van ora pretendida não constava originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026. Tal fato ocorre em virtude de tratar-se de objeto vinculado a emenda parlamentar, cuja liberação e definição do objeto pelo órgão concedente ocorreram em momento posterior à elaboração do referido planejamento anual.

Esta aquisição encontra-se, todavia, em perfeita consonância com os objetivos estratégicos e as metas da Secretaria Municipal de Educação, sendo o investimento indispensável para o aprimoramento da logística e o atendimento aos usuários da rede básica de ensino municipal. A despesa está devidamente amparada pelo Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC e possui respaldo na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, conforme o devido suporte legal (Lei Ordinária nº 2228/2026).

A administração municipal reafirma que a contratação segue os parâmetros e as normas de governança estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. Assim, a presente instrução processual supre a necessidade de planejamento, demonstrando a excepcionalidade da demanda e a disponibilidade dos recursos orçamentários necessários para a sua efetiva execução, garantindo a transparência e a legalidade do processo de aquisição.

### **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a aquisição desta van, a Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis-RO busca dar um salto de qualidade e eficiência na logística das atividades educacionais. O objetivo central é superar as dificuldades operacionais causadas pela vasta extensão territorial do município, garantindo que alunos, professores e a equipe técnica tenham acesso a um transporte seguro, confortável e confiável. Além de proporcionar mais agilidade no deslocamento entre a sede da secretaria e as oito escolas da rede municipal, o novo veículo será fundamental para a entrega ágil de materiais pedagógicos e o acompanhamento das ações nas unidades de ensino, inclusive nas áreas rurais de difícil acesso.

Do ponto de vista da gestão, espera-se uma redução relevante de despesas com locações de veículos e com o uso recorrente de transporte particular, otimizando assim o uso dos recursos públicos e garantindo a continuidade das políticas educacionais com maior autonomia. Por fim, o projeto reflete o compromisso da administração municipal com a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento do acesso ao ensino público, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas nos planos municipal e estadual de educação.

### **13. DA SUSTENTABILIDADE**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

A presente aquisição alinha-se aos preceitos da Constituição Federal de 1988 e aos princípios da Administração Pública voltados à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Considerando o impacto ambiental inerente à operação de veículos automotores, o certame privilegia a aquisição de um bem de fabricação atual, que atenda obrigatoriamente às normas vigentes do PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores).

A exigência técnica de tanque para ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo) é um requisito essencial para garantir a redução da emissão de poluentes e o cumprimento das metas de mitigação de impactos atmosféricos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Ademais, a administração municipal fomentará a participação de empresas que demonstrem boas práticas ambientais, incentivando a escolha de fornecedores com sistemas de gestão ambiental certificados, como o ISO 14001, e que possuam programas de logística reversa para componentes, pneus e resíduos gerados ao longo da vida útil do veículo, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

A seleção de um veículo novo e eficiente visa, ainda, a redução do consumo de combustível e a minimização de resíduos gerados por manutenções precoces ou ineficientes, protegendo a biodiversidade local e promovendo um ambiente de trabalho mais saudável para os servidores e alunos. Ao priorizar critérios de sustentabilidade, a Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis-RO reafirma seu compromisso com a responsabilidade socioambiental e a gestão pública eficiente.

**Análise de Impacto Ambiental e Medidas Mitigadoras:**

A operação de um veículo automotor a diesel, embora necessária para a logística educacional de Alto Alegre dos Parecis-RO, gera impactos ambientais, notadamente a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes atmosféricos, além da geração de resíduos ao longo de seu ciclo de vida (como pneus e fluidos lubrificantes). Para minimizar esses efeitos, a administração adotará uma série de medidas mitigadoras preventivas e corretivas.

**Impactos Ambientais Identificados:**

- Emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e material particulado durante a queima do combustível diesel.
- Geração de resíduos sólidos e perigosos durante manutenções preventivas e corretivas (pneus, óleos, filtros e baterias).
- Poluição sonora decorrente da circulação em áreas próximas às unidades escolares.

**Medidas Mitigadoras e Compensatórias:**

- **Conformidade Tecnológica:** A exigência de um veículo zero quilômetro equipado com tecnologia de tratamento de gases (uso de ARLA 32) garante que o motor atenda aos padrões ambientais mais recentes do PROCONVE (P8/Proconve), reduzindo drasticamente a emissão de óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) e material particulado.
- **Manutenção Preventiva:** Instituição de um cronograma rigoroso de revisões preventivas, seguindo as diretrizes do fabricante, para assegurar a eficiência energética do motor, o menor consumo de combustível e a redução de emissões desnecessárias.
- **Gestão de Resíduos (Logística Reversa):** Exigência de que a empresa contratada ou os prestadores de serviço de manutenção sigam as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo o destino final ambientalmente adequado para pneus, óleos lubrificantes, filtros e baterias, por meio de logística reversa certificada.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

- **Capacitação dos Condutores:** Treinamento dos motoristas da frota municipal em técnicas de direção econômica e sustentável, que auxiliam na redução do consumo de combustível e, consequentemente, na diminuição da pegada de carbono por quilômetro rodado.

Estas medidas, articuladas de forma contínua, visam conciliar a necessidade do transporte educacional com a responsabilidade ambiental, alinhando a gestão da frota municipal às políticas públicas de controle da poluição do ar e proteção ambiental.

#### **14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.**

**14.1.** A Secretaria designará através de Portaria, servidores para atuarem na fiscalização /recebimento do objeto deste estudo.

**14.2.** Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, dentre elas:

- a) elaboração de Termo de Referência;
- b) elaboração de pesquisa de preços;
- c) elaboração de minuta do edital; (se for o caso)
- d) elaboração de minuta do contrato; ETP - Estudo Técnico Preliminar
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, caso haja;
- g) publicação e divulgação do edital e anexo; (se for o caso)
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) assinatura e publicação do contrato.

#### **15. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Referência: Secretaria Municipal de Educação

Unidade: SEMEC

UASG: 02.

**15.1.** Por meio do memorando e DFD – documento de formalização de Demanda, a Secretaria Municipal de Educação do município de Alto Alegre dos Parecis -RO, atesta a necessidade do processo licitatório, para atender à demanda da Escola Dom João Paulo I, fundamentando-se no Art. 6º XLI - Pregão, da lei 14.133/2021:

**a) Aquisição de 01 (um) Veículo tipo Van para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Convênio nº 108/2026/PGE-SEDUC.**

**15.2.** No intuito de que seja apresentado, DFD -documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, projeto básico, se for o caso, e realizada a análise de riscos, se for o caso, CONVOCO os seguintes membros para compor Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que serão coordenados pelo primeiro:

**I.** Micheli Kalk de Souza - Matrícula 2565 – Setor Pedagógico

**II.** Thierly Peisino Pereira – Matrícula 2813 - Divisão monitoramento escolar

**II.** Adão Amaro da Silva - Matrícula 2809 - Chefe de transporte





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**15.3.** Encaminhem -se os autos ao coordenador da EPC, para providências, comunicando - se os integrantes e ao Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**Claudinéia Blásius Frata**  
Secretária Municipal de Educação  
Matrícula Nº 2719  
Portaria n.º 126 de 06 de fevereiro de 2025.

**16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO**

A aquisição pretendida mostra-se viável, atende adequadamente à demanda formulada e às as diretrizes legais, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis.

No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência.

**Elaborado por:**  
Micheli Kalk de Souza  
Matrícula 2565

**Aprovado por:**

**Claudinéia Blásius Frata**  
Secretária Municipal de Educação  
Matrícula Nº 2719  
Portaria n.º 126 de 06 de fevereiro de 2025.

**Obs:** Inserido por Thierly Peisino Pereira - Divisão monitoramento escolar Matrícula Nº 2813, assinado/aprovado e elaborado por Micheli Kalk de Souza - Matrícula 2565 – Setor Pedagógico e aprovado por Claudinéia Blásius Frata Matrícula 2719.





#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEIA BLASIU FRATA**, CPF: 612.65\*. \*\*2-\*4 em **06/05/2026 12:51:54**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12E1.4751.354U.W16Z.6077**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MICHELI KALK DE SOUZA**, CPF: 702.80\*. \*\*2-\*1 em **06/05/2026 12:30:05**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12R3.0430.505Z.U25Z.1316**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.228.E8C** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP**.

Elaborado por **THIERLY PEISINO PEREIRA**, CPF: 005.54\*. \*\*2-\*7, em **06/05/2026 - 12:27:09**

Código de Autenticidade deste Documento: 12X7.6A27.109X.A73Z.8346

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>







**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



**CONTRATO Nº XX/XXX/XXXX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM  
ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO** E A  
EMPRESA **XXXXXX – XXXXXX X XXXXX**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro à Av. Afonso Pena, n.º 3370, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 84.744.994/0001-40, representado pelo seu representante legal, **DENAIR PEDRO DA SILVA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXX - XXXXXX**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº XXX com sede na XXXXXXXX, nº XXXX XXXXX, bairro XXXXX, Município de XX – CEP: XXXX, neste ato legalmente representada pelo (a) Srº **XXXXXX** RG sob nº. XX.XXX.XXX-X SSP/SP daqui em diante simplesmente designado **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente instrumento, proveniente de processo administrativo nº **ID: XX.XXX - XXXXXX.XX.XX-XXXX /XXXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, de acordo com o Pregão eletrônico nº XX, Recursos Oriundos. XXXXX mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXX**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;
  - 1.2.3. A Proposta do contratado;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de **XXX (XXX) dias** a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado conforme interesse das partes ou por interesse exclusivo da Administração, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo para entrega do objeto será de **XXX (XXXXX) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado desde que solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu término, uma vez comprovados os motivos elencados e respeitando o prazo/vigência Contratual.
- 2.2. Os prazos poderão ser prorrogados, quando o objeto não for concluído/entregue no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.







**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



2.3. Os dias do começo e do vencimento dos referidos prazos serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com sábados, domingos, feriados ou durante recesso.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR PACTUADO**

5.1. A CONTRATANTE pagará a Contratada o valor de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXX)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, ficando o pagamento condicionado:

a) A apresentação de nota fiscal acompanhada das certidões negativas de Municipal e Estadual, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Trabalhista e Certidão de Regularidade de FGTS (CRF);

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços serão fixos e irredutíveis no prazo de vigência do instrumento contratual, no prazo de 12 meses, após esse referido período poderá ser reajustado pelo XXXXXXXXXXXX, mediante prévio requerimento da contratada.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. O reajuste será realizado por apostilamento.





**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:
- 8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
  - 8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  - 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
  - 8.1.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
  - 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.0. São obrigações do Contratado, além das previstas no Termo de Referência:
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 9.2. Comunicar à Administração, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidade relativa à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.
  - 9.3. A Empresa contratada é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
  - 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 9.5. Obrigatório à contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.





**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.12. Apresentar o preposto da empresa para a execução dos serviços;

9.13. Responsabilizar-se pela entrega do objeto, objeto do Contrato, respeitando em especial o prazo de entrega estabelecido, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, ou não, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante ou a terceiros;

9.14. Efetuar a entrega do objeto deste contrato de acordo com as especificações constante no Termo de Referência;

9.15. Executar todos os serviços, inclusive a entrega, com mão-de-obra qualificada, devendo o contratado respeitar as normas técnicas aplicáveis ao objeto do contrato;

9.16. Deverá a contratada no ato da entrega do produto apresentar certificado de garantia com validade mínima de 12 meses. Apresentar junto ao certificado de garantia do produto declaração de assistência técnica.

9.17. A empresa facilitará a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE do Recurso, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Contrato, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados. Permitindo ainda livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos, informações, registros contábeis, referente ao objeto deste Contrato, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.





**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



9.18. O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

9.19. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

**CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelo motivo que somente efetuará o pagamento após a efetiva prestação dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços ou produtos públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



- a. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d. **Multa**: compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e das obrigações contratuais;

12.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções







**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL</b>
--

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- a) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- b) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- c) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- d) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- e) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- f) Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).







**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento: XXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se tratando de ato facultativo de acordo com o art. 176 da lei 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, além de publicar, em diário oficial, as informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre dos Parecis/RO, XX de XXXX de 2025.





**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis**  
**Procuradoria-Geral do Município**

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - Cep: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40  
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: juridico@altoalegre.ro.gov.br



**DENAIR PEDRO DA SILVA**  
Prefeito Municipal – Contratante

**XXXXXXXXXXXX**  
Contratada

**LETICIA SESQUIM**  
Procuradora - Geral do Município  
OAB/RO 8733





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO**,  
CPF: 815.92\*. \*\*2-\*8 em **20/05/2026 09:13:33**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**0940.0V13.833U.4418.4001**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.298.346** - Tipo de Documento: **EDITAL - Nº 4/SEMFA/2026/**.

Elaborado por **KESIA FERREIRA DA SILVA LAURO**, CPF: 039.88\*. \*\*2-\*9 , em **20/05/2026 - 09:11:43**

Código de Autenticidade deste Documento: 09A6.2611.1431.7881.3673

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>

